



**ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMITÊ PERMANENTE DE PRESERVAÇÃO E GESTÃO DOCUMENTAL**

**ATA DE REUNIÃO**

**ATA DA QUARTA REUNIÃO DO COMITÊ PERMANENTE DE PRESERVAÇÃO E GESTÃO  
DOCUMENTAL – COMPPGED – 2021**

**IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO**

79/09/2021	10h	Videoconferência
------------	-----	------------------

**MEMBROS PRESENTES**

Desa. Maria das Graças Morais Guedes (presidente)
Ana Carolina Leal Vasconcelos
Dr. Jailson Shizue
Dr. Euler de Moura Jansen
José Falbo de Abrantes Vieira

**PAUTA**

1. Abertura
2. Apresentação da pauta
3. Debates
4. Encerramento

**DEBATES**

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de 2021, pelas 10h00, reuniram-se por videoconferência os membros do Comitê Permanente de Preservação e Gestão Documental do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba para a quarta reunião ordinária. Os trabalhos foram iniciados pela Desembargadora Maria das Graças Morais, que fez uma breve saudação a todos da equipe, e em seguida passou a palavra para Carol, que apresentou a pauta da reunião: descarte dos processos criminais; marcação dos processos já descartados; PA nº 2021091565 – 1ª Vara de Executivos Fiscais de João Pessoa (sobre editais de eliminação); DOD – Documento Oficializador de Demanda da TI para desenvolvimento do software de classificação dos processos arquivados. Acerca da marcação dos processos já descartados, deverão ser oficiadas cada uma das unidades que expediram edital de descarte, com preenchimento de um questionário contendo o quantitativo de processos, data de publicação e número dos processos aptos ao descarte, sendo estes dados quantitativos e qualitativos. O

ponto seguinte da pauta diz respeito ao descarte dos processos criminais. Dr Euler sugeriu que Carol lançasse, no grupo do Whatsapp, uma minuta relatando a possibilidade de os processos criminais migrados através do Digitaliza para o PJE serem descartados, para que todos se pronunciem no grupo, de maneira que não haja a necessidade de aguardar uma nova reunião ordinária ou extraordinária. Sobre o ponto referente ao PA nº 2021091565 – 1ª Vara de Executivos Fiscais de João Pessoa, Dr. João Batista formulou pedido informando que a 1ª Vara tem um montante de 10 mil ações migradas para o PJE e que não houve intimação das partes para que estas tomem ciência de que houve mudança dos processos físicos para digitalizados. Dr. Euler sugeriu que o juiz fizesse a intimação às partes do processo, dando prazo de 10 dias para que tomem ciência, e após esse prazo, faz a publicação do descarte, contando o prazo de 45 dias. Carol vai entrar em contato com a chefe de cartório da 1ª Vara de Executivos Fiscais, Delcilene, para solicitar maiores informações acerca dos processos aptos à publicação do descarte. Em relação ao DOD – Documento Oficializador de Demanda da TI para desenvolvimento do software de classificação dos processos arquivados, foi validado e encaminhado o PA com a demanda para a TI para implementação do sistema de gestão documental que adota a tabela de temporalidade data-fim. Por fim, antes de concluir o cronograma, ficou-se decidido alguns levantamentos e informações iniciais, sendo elas elencada a seguir com os respectivos responsáveis:

1. Carol fará um ofício circular para as unidades e um vídeo tutorial mostrando como elaborar o relatório e o *layout* desse documento. O prazo que o ofício dará para o envio desse relatório será de cinco dias úteis.
2. Carol vai entrar em contato com a chefe de cartório da 1ª Vara de Executivos Fiscais, Delcilene, para solicitar maiores informações acerca dos processos
3. Será encaminhado o DOD via PA para a TI para implementação do sistema de gestão documental de descarte que adota a tabela de temporalidade do CNJ.

A reunião foi encerrada às 12h15 pela presidente Desa. Graça.

A próxima reunião ficou agendada para o dia 19/11/2021 às 10h.

Ata validada por todos os membros, **datada e assinada** eletronicamente pelo responsável na unidade de apoio, a Gerência de Projetos e Gestão Estratégica.